



LÍNGUAS INDÍGENAS: NECESSIDADE DE CONSCIENTIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO

Marina Martins Araújo (PPGEAg - UFRRJ)¹
marina.araujo@ifmg.edu.br

RESUMO: A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) lançou em janeiro de 2019 o Ano Internacional das Línguas Indígenas com intuito aumentar a conscientização sobre a necessidade urgente de preservar, revitalizar e promover esses idiomas. Nesse sentido, o artigo tem como objetivo apreciar os aspectos históricos da cultura das línguas indígenas ao longo dos anos. As línguas indígenas tiveram, e ainda têm um papel de suma importância para a formação da identidade brasileira, para a ciência e para a cultura do país. O Estado brasileiro passou por um longo caminho desde o fim da colonização até os dias atuais para assumir a postura que hoje tem para com os povos indígenas e suas línguas. O primeiro reconhecimento que o Estado brasileiro adotou aos povos indígenas como cidadãos foi na Constituição Federal de 1988 que declarou que os mesmos têm direito a uma identidade própria, seus costumes e suas línguas. Portanto, há a necessidade de, para que as ações que já existem em razão das línguas indígenas brasileiras sejam realmente efetivas, mais políticas linguísticas que visem não somente a documentação das línguas e a educação bilíngue, como também divulguem e conscientizem a população em relação à importância da sua conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas indígenas. Aspectos históricos. Conservação de línguas.

ABSTRACT: The united nations educational, scientific and cultural organization (unesco) launched the international year of indigenous languages in january 2019 to raise awareness of the urgent need to preserve, revitalize and promote these languages. with this, the article aims to appreciate the historical aspects of the culture of indigenous languages over the years. the native languages had, and still have a very important role for the formation of the brazilian identity and for the scientific and cultural knowledge of the country. the brazilian state has come a long way from the end of colonization to the present day to assume the position it has today towards indigenous peoples and their languages. the 1988 constitution marks the first time that the brazilian state recognizes indigenous peoples and states that they have the right to their own identity, customs and languages. due to these factors, there is a need, in order for the actions that already exist in favor of brazilian native languages to be truly effective, more linguistic policies that aim not only to document languages and bilingual education, but also to publicize and importance of its conservation.

KEYWORDS: Indigenouslanguages.Historical Aspects.Conservationoflanguages

¹ Mestre pelo PPGEAg – UFRRJ. Docente IFMG. E-mail: marina.araujo@ifmg.edu.br



1 INTRODUÇÃO

O cenário linguístico do Brasil é composto não apenas pela presença de línguas estrangeiras em território nacional nas comunidades de imigrantes, como também de línguas indígenas que sobreviveram à colonização, sendo elas ainda utilizadas em níveis diferentes dentro de suas comunidades.

Atualmente, existem aproximadamente 6 a 7 mil línguas no mundo. Cerca de 97% da população mundial falam 4% dessas línguas, e somente 3% das pessoas do mundo falam 96% de todas as línguas existentes. A grande maioria dessas línguas, faladas sobretudo por povos indígenas, continuarão a desaparecer em um ritmo alarmante. Sem a medida adequada para tratar dessa questão, mais línguas irão se perder, a história, as tradições e a memória associada a elas provocarão uma considerável redução da rica tapeçaria de diversidade linguística em todo o mundo (UNESCO, 2019).

No território brasileiro, falam-se em torno de 215 idiomas, sendo trinta dessas línguas resultantes de imigração internacional e comunidades de descendentes estrangeiros (OLIVEIRA, 2009). Avalia-se que na América Latina, no início da época colonial, existiam mais de mil línguas indígenas convivendo no continente de acordo com (RODRIGUES, 1993). O pesquisador José Ribamar Bessa Freire (2003) relata que, das mais de mil línguas que eram faladas na América Latina, 718 línguas indígenas, mais da metade, eram faladas em território que, atualmente constitui a Amazônia brasileira.

As línguas indígenas tiveram, e ainda têm um papel importantíssimo para a formação da identidade brasileira e para o conhecimento científico e cultural do país (BRAGGIO, 2001). O Estado brasileiro andou um extenso caminho desde o fim da colonização até os dias atuais para assumir a postura que hoje tem para com os povos indígenas e suas línguas. A Constituição de 1988 marca a primeira vez que o Estado brasileiro reconhece os povos indígenas como cidadãos e declarando que os mesmos têm direito a uma identidade própria, seus costumes e suas línguas.



Na atualidade, o idioma português, está presente em praticamente todos os veículos de comunicação, nos meios jurídicos, na escola, nos meios culturais e é, visivelmente, a língua utilizada para dar voz ao Brasil em ambientes internacionais. Avalia-se que desde a chegada dos portugueses, houve a perda de muitas línguas indígenas, cerca de 85% das línguas existentes no século XVI na área que hoje corresponde a território brasileiro (SEKI, 1999). Assim, as línguas indígenas sobreviventes tiveram de arcar com um papel secundário em relação ao português.

Diante disso, a UNESCO lançou em janeiro de 2019 o Ano Internacional das Línguas Indígenas com intuito de aumentar a conscientização sobre a necessidade urgente de preservar, revitalizar e promover esses idiomas. Para os povos indígenas, as línguas não apenas identificam sua origem ou participação em uma comunidade, elas também carregam os valores étnicos de seus ancestrais - os sistemas de conhecimento indígena que os tornam, a cada um deles, uma unidade com a terra e são cruciais para sua sobrevivência e para as esperanças e aspirações de sua juventude (UNESCO, 2019).

Para a base teórica deste trabalho, foram analisados os contextos que descrevem a situação no Brasil ao longo da história e na atualidade. Também foram analisados documentos jurídicos que fundamentam a política linguística tomada no país ao longo de sua história desde sua colonização, passando pela constituição de 1988 até os anos mais recentes.

2 JUSTIFICATIVA

A importância do estudo de línguas indígenas pode ser colocada sob dois aspectos fundamentais: o científico e o social. Do ponto de vista científico, a relevância das línguas indígenas e sua pesquisa fica evidente diante da consideração de que a linguística busca compreender a natureza da linguagem humana, fenômeno que se caracteriza pela unidade na diversidade, manifestando-se em cada língua de forma particular e única. Assim, o



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

ISSN: 2178-1486 • Volume 9 • Número 27 • Maio 2019

Ano Internacional das Línguas Indígenas (ONU)

estudo das diferentes manifestações é importante para o conhecimento da linguagem humana, podendo contribuir seja confirmando hipóteses teóricas formuladas com base em dados de línguas conhecidas, predominantemente indo-europeias, seja estimulando a introdução de reajustes ou a busca de novas propostas teóricas que possam explicar fenômenos revelados pelo estudo e não considerados até então.

Nesse sentido, a pesquisa de qualquer língua é relevante para o desenvolvimento da ciência. As línguas indígenas despertam interesse especial não por serem “exóticas”, mas por serem diversificadas e estarem entre as menos conhecidas da ciência, do que decorre a expectativa de que possam apresentar propriedades ainda não observadas em línguas de outras regiões. Isso vem se confirmando através de estudos já feitos sobre essas línguas.

Nos últimos anos a importância da diversidade linguística tem sido abordada no contexto da diversidade em geral, enfatizando-se a compreensão das línguas como parte intrínseca da cultura, da sociedade e visão de mundo dos falantes, bem como o fato de que a perda de línguas tem como consequência o desaparecimento dos sistemas de conhecimentos que elas refletem e expressam. Ao mesmo tempo, a compreensão de que o processo de perda de línguas é determinado por fatores de ordem política e social sobre os quais os linguistas não detêm controle tem servido de base para uma postura que focaliza a relevância científica do estudo das línguas indígenas e sua “preservação” enquanto objeto da linguística.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório qualitativo, baseando na revisão de literatura sobre: O ano internacional das línguas indígenas e a importância do estudo sobre esses idiomas.



Para isso, foram realizadas pesquisas em livros, revistas, artigos com acesso online: Scielo, Chochame, Libreny, Embase, Medline, Lilacs, Pubmed e trabalhos de conclusão de curso.

A estratégia de busca foi realizada a partir dos descritores: línguas indígenas, preservação e importância de estudo, ano internacional desses idiomas promovido pela Unesco.

4 LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

O Brasil não pode ser considerado um país de uma língua só, ao contrário do que comumente muitas pessoas assumem. O português não é a única língua falada em território brasileiro, o cenário linguístico do Brasil é composto não apenas pela presença de línguas estrangeiras em território nacional nas comunidades de imigrantes, como também de línguas indígenas que sobreviveram à colonização, sendo elas ainda utilizadas em níveis diferentes dentro de suas comunidades (CALVET, 2004).

A partir da chegada dos portugueses ao Brasil a existência de povos indígenas, bem como de suas línguas, tornou-se conhecida, mas não completamente. O primeiro contato ocorreu com os povos tupi que ocupavam na época toda a costa brasileira e, com exceção do kariri, a língua falada por eles foi a única estudada nos primeiros trezentos anos de colonização (SEKI, 2000).

As demais línguas, faladas por povos genericamente considerados como constituindo o grupo “tapúya” (tupi: ‘bárbaro, inimigo’), eram denominadas de “travadas”, de difícil entendimento, em contraste com o tupi jesuítico, o “nheengatu” (tupi: *nhe’eng* ‘língua’ + *katu* ‘bom’) a “língua boa”. Este último desenvolveu-se como ‘língua geral’ da colônia e ainda hoje sobrevive na região do Rio Negro (SEKI, 1999).



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

ISSN: 2178-1486 • Volume 9 • Número 27 • Maio 2019

Ano Internacional das Línguas Indígenas (ONU)

Estima-se que, no decorrer dos 500 anos de colonização, cerca de mil línguas se perderam devido ao desaparecimento físico dos falantes, em decorrência de epidemias, extermínio direto, escravização, redução de territórios, destruição das condições de sobrevivência e aculturação forçada, entre outros fatores que sempre acompanharam as frentes de expansão desde o período colonial até nossos dias (EBERHARD, 2013).

Um exemplo é o caso de avanço sobre a área Terra do Sol, em Roraima, habitada pelos grupos indígenas makuxi, wapixana, ingarikó e taurepang (ALMEIDA, 2000). A extensão da perda pode ser claramente visualizada através da localização atual de grupos e línguas indígenas: estão concentrados nas regiões Amazônica e Centro-Oeste, nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Acre, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins e, em menor proporção, em outros Estados, tendo desaparecido na prática totalidade da região Leste, de Norte a Sul do País, e mesmo em parte da Amazônia (SEKI, 2000).

A violência colonial para com os nativos, a escravidão de indígenas, a dizimação daqueles que se recusavam a cooperar com os colonos, o contato com as doenças europeias que mataram nativos que não estavam imunologicamente preparados, foram alguns dos fatores que ocasionaram o desaparecimento de grande parte dessas línguas (FRANCHETTO, 2004).

Entretanto, não é certo afirmar que estas foram as únicas influências mútuas que houve entre colonos e os indígenas da época e que não houve nenhum interesse, por parte dos colonizadores, em relação às línguas que existiam nas colônias. Durante os primeiros anos de colonização, padres jesuítas, que vieram às colônias com a missão de catequizar os nativos, estudaram e documentaram as línguas indígenas com as quais se depararam afim de que se estabelecesse uma ponte de comunicação que possibilitasse a catequização (PEREIRA, 2016).

De toda forma, não foram todas as línguas indígenas que foram objeto de estudo por parte dos colonizadores, o caso do Tupí pode ser justificado por essa ter sido a língua

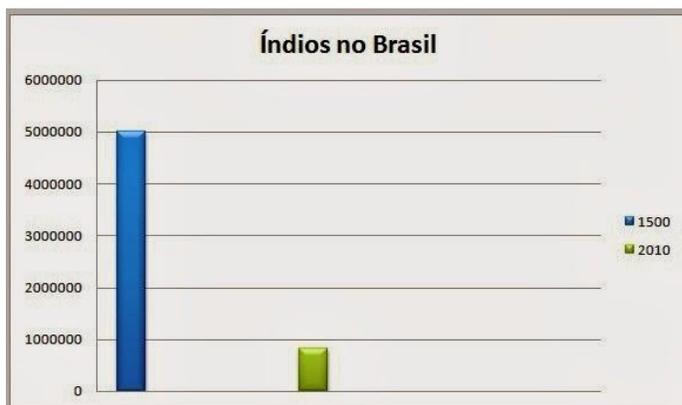
predominante durante o contato entre os portugueses e os nativos e por ter se tornado a língua de expansão durante a ocupação da Amazônia, ou, em outras palavras a língua que os colonizadores levaram e que serviu de ponte de comunicação durante as expedições de exploração da Amazônia. As áreas mais intensamente colonizadas foram as que mais testemunharam o desaparecimento de indígenas e de suas línguas, como, por exemplo, a região Sudeste do Brasil (RODRIGUES, 1986).

O português como idioma oficial, está presente em praticamente todos os veículos de comunicação, nos meios jurídicos, na escola, nos meios culturais e é, claramente, a língua utilizada para dar voz ao Brasil em ambientes internacionais.

Estima-se que desde a chegada dos portugueses, houve a perda de mais de mil línguas indígenas, o que significa 85% das línguas existentes no século XVI na área que hoje corresponde a território brasileiro (SEKI, 2000).

A partir das informações coletadas pelo Censo 2010, o IBGE elaborou um breve conjunto de mapas e tabelas mostrando a distribuição espacial das 896 mil pessoas que se declararam ou se consideraram indígenas e, ainda, enumerando as 305 etnias encontradas pelos recenseadores em 2010. Também foram listadas as mais de duzentas línguas faladas nas terras indígenas.

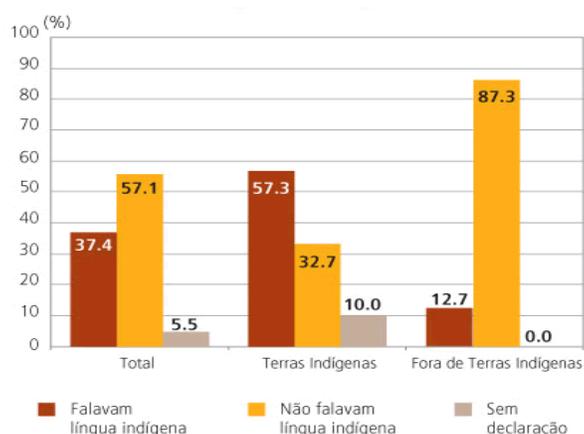
Gráfico 1 – Índios no Brasil



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

Os historiadores estimam que havia no Brasil, quando da chegada dos Portugueses em 1500, cerca de 5 milhões de índios vivendo no território. Ao longo do processo colonial, esse número caiu assustadoramente, devido às doenças, as guerras, o trabalho escravo e aculturação dos índios pelos colonos. De acordo com o IBGE, os dados iniciais do Censo de 2010, revelam que 817 mil pessoas (menos de 1% da população brasileira) se autodeclararam indígenas (IBGE, 2010).

Gráfico 2 – Língua indígena



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

O Censo Demográfico 2010 também constatou que, entre a população indígena com cinco anos ou mais de idade, 37,4% falavam uma língua indígena e 17,5% não falavam português. Esses percentuais aumentam, respectivamente, para 57,3% e 28,8% entre aqueles que viviam em terras indígenas. Já a taxa de alfabetização dos indígenas com 15 anos ou mais de idade está abaixo da média nacional (90,4%). Nas terras indígenas, 32,3% ainda são analfabetos.

Gráfico 3 – População indígena no Brasil

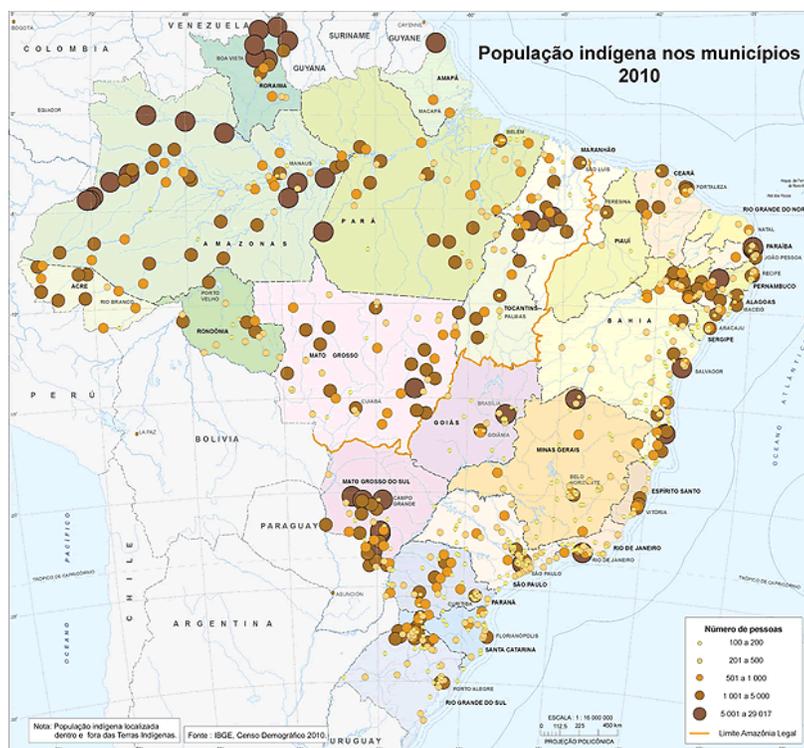


Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

Alguns vivem em reservas, isto é, terras que eram tradicionalmente ocupadas pelos seus antepassados, e foram devolvidas aos índios, após uma demarcação do governo. Outros vivem nas cidades brasileiras.

Através do Censo foi possível verificar, ainda, a distribuição espacial das 896 mil pessoas que se declararam ou se consideraram indígenas. Como podemos ver no mapa abaixo (um dos sete que integram a publicação), a população indígena está presente em todas as regiões do país, demonstrando que a diversidade cultural é uma característica marcante da sociedade e do território brasileiro.

Gráfico 4 – População indígena nos municípios - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

No Brasil, há pouca produção, seja escrita ou oral, de materiais em línguas indígenas e poucas produções voltadas para um público de brasileiros não falantes de português em comparação a tudo que é produzido em língua portuguesa. Assim, as línguas indígenas sobreviventes tiveram de arcar com um papel secundário em relação ao português.



5. ANO INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) lançou neste ano de 2019, em Paris, o Ano Internacional das Línguas Indígenas, para alertar sobre a necessidade de preservação desses dialetos. Segundo a organização, a grande maioria está desaparecendo. "Sem a medida adequada para tratar dessa questão, mais línguas irão se perder e, a história, as tradições e a memória associadas a elas provocarão uma considerável redução da rica tapeçaria de diversidade linguística em todo o mundo", atestou a entidade internacional, em nota.

O Brasil, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), contribuiu diretamente com sugestões para a organização do ano internacional ao participar de conferência que aconteceu em setembro de 2018, na província de Hunan, República Popular da China. A estimativa é que sejam faladas cerca de 215 línguas indígenas no Brasil, dado que coloca o país entre os dez mais multilíngues do mundo (SITE UNESCO).

Nesse cenário, o Iphan coordena o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), que visa à identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas faladas pelos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Esse trabalho já resultou no reconhecimento de sete línguas como Referência Cultural Brasileira, das quais seis são indígenas: Asurini; Guarani M'bya; Nahukuá; Matipu; Kuikuro e Kalapalo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas e suas línguas cursaram um longo caminho, desde o abuso colonial até o preconceito do Estado brasileiro, citados nas Constituições anteriores a de 1988. Todavia, mesmo depois de todas as conquistas e reconhecimento alcançados até hoje,



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

ISSN: 2178-1486 • Volume 9 • Número 27 • Maio 2019

Ano Internacional das Línguas Indígenas (ONU)

ainda há muito caminho a ser percorrido até se alcançar segurança para as línguas indígenas brasileiras.

Faz-se necessário que o Estado, os pesquisadores, as lideranças, as comunidades indígenas e os demais brasileiros que veem importância e justiça na causa, empenhem-se para que sejam feitas políticas linguísticas que não tratam somente da educação escolar, ou da documentação das línguas, mas que também divulguem e valorizem a cultura indígena do país, que disseminem respeito, reconhecimento e lutem contra a discriminação dos povos indígenas e de suas línguas.

Essa falta de conhecimento afeta até mesmo as próprias comunidades indígenas, que, como já apontado neste trabalho, escolhem por reduzir o uso de suas línguas beneficiando o uso do português. Devido a esses fatores há a necessidade de, para que as ações que já existem em razão das línguas indígenas brasileiras sejam realmente eficazes, mais políticas linguísticas que apontem não somente a documentação das línguas e a educação bilíngue, como também divulguem e conscientizem a população em relação à importância da sua conservação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Dom L.M. **Índios e Roraima**. Folha de S.Paulo, cad. A2, 10/jun./00.
- BRAGGIO, Silvia L. B. **Políticas e direitos linguísticos dos povos indígenas brasileiros**. University of New México, 2001.
- CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2004.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 abril. 2019.
- EBERHARD, David M. **Em defesa das línguas minoritárias do Brasil**. Anápolis, GO: Associação Internacional de Linguística, 2013.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

ISSN: 2178-1486 • Volume 9 • Número 27 • Maio 2019

Ano Internacional das Línguas Indígenas (ONU)

FRANCHETTO, Bruna. **Línguas indígenas e comprometimento linguístico no Brasil: situação, necessidades e soluções.** Cadernos de Educação Escolar Indígena – 3º Grau Indígena, Barra do Bugres, UNEMAT, v. 3, 2004.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Da língua geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia.** 2003. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico, 2010.** Disponível em <https://www.ufjf.br/ladem/2013/04/25/ibge-mapeia-a-populacao-indigena/>. Acesso: 07 de maio de 2019.

PEREIRA, Nadine dos Santos. **Políticas linguísticas e conservação de línguas indígenas no Brasil.** Trabalho de conclusão de curso. Universidade de Brasília. 2016.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. **Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência linguística.** Synergies Brésil, n. 7, p. 19-26, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Assembleia Geral das Nações Unidas. Paris, 1948.

RODRIGUES, A.D. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Loyola, 1986.

SEKI, Lucy. **A Linguística no Brasil.** D.E.L.T.A., v. 15, n. esp., p. 257-290, 1999.

SEKI, L. **Sobre as partículas da língua kamaiurá.** In: CENSABELLA, M. & BARROS, J.P.V. (orgs.). Actas de las III Jornadas de Lingüística Aborígen. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2000.

Recebido Para Publicação em 14 de maio de 2019.

Aprovado Para Publicação em 08 de julho de 2019.